

# AMÉRICA LATINA, OS NOVOS SATÉLITES

José Sarney

Poucos brasileiros têm tanta admiração pelos Estados Unidos como eu. Não é uma coisa gratuita, mas fruto de um conhecimento que durante a vida inteira procurei adquirir sobre a História americana. Li bastante sobre as instituições que ali foram construídas. Ao longo do tempo tenho procurado atualizar-me. Aprofundi-me em sua literatura, li seus poetas e romancistas, estudei a sua História.

Por isso mesmo, julgo-me com a autoridade necessária para dizer o quanto significa de negação de tudo que o povo americano construiu essa tendência que cada vez mais se acentua de polícia do mundo, de defesa egoísta de seus interesses materiais, abandonando toda uma vida de construção de ideais democráticos e de respeito aos direitos humanos. Quem lê a vida e os pensamentos de Jefferson, os objetivos de Lincoln, o idealismo de Benjamin Franklin, a integridade de Washington, não pode ficar satisfeito com a mediocridade dos temas da política americana de nossos dias.

Há uma montagem de sanções, de coações, de punições e de ameaças que fazem com que a grande nação americana seja acusada de negar tudo o que ela representa. Formou-se um conjunto de leis internas que eles desejam aplicar unilateralmente, convictos de que só a força deve governar as relações internacionais. No tempo da Guerra Fria, o mundo dividido em duas bandas, os americanos aplicavam sua força para conter o outro lado. Agora, eles aplicam a sua força para coagir a todos, ex-aliados e ex-adversários.

Veja-se este episódio incompreensível, uma nova estrada diplomática da utilização do visto de entrada como um instrumento de julgamento político de um chefe de Estado. Refiro-me ao caso Samper, da Colômbia. As relações internacionais são baseadas na não-ingrência nas questões internas de cada país e na autodeterminação dos povos. Lembro-me de que, quando Kennedy foi assassinado, ao ser preso Lee Oswald, em frente da polícia comparecia uma delegação de advogados da Associação dos Direitos do Cidadão. O que diziam eles?

"Este homem matou o presidente dos Estados Unidos, mas tem direito a um julgamento justo e ampla defesa."

Faz parte do pensamento americano, dos direitos do homem, que ninguém pode ser julgado sem defesa. Pois bem, agora os Estados Unidos condenam o presidente de um país à execração internacional, sem nenhum direito de defesa, utilizando um instrumento burocrático para vilipendiar um país, uma nação, um homem. Não cogito se Samper é culpado ou inocente. O que quero dizer é que seus juízes não podem ser o governo dos Estados Unidos, que não têm o direito de executá-lo moralmente perante a comunidade internacional.

O que fazem os países da Améri-



Ilustração: Kácio

ca? O que fizeram? Um silêncio amedrontado e vergonhoso. Esses métodos não são métodos de convivência internacional. O governo americano aplica sanções, impõe a sua Lei de Comércio para obrigar outros países a usarem as práticas de intercâmbio que ele, só ele, julga corretas. Força os países a votarem leis que se enquadrem em suas leis.

Aplica sanções, cotas de punição ao que ele julga comércio desleal e agora inicia um novo tipo de penalidade, que é o de cancelar vistos de entrada no país, não como um instrumento de segurança nacional ou de política de imigração, mas de um julgamento político unilateral, sem direito de defesa, apenas uma decisão de Príncipe. Onde está o Siste-

ma Continental? Onde está a OEA? Fechem-se todos esses organismos, extingam-se todos os mecanismos de convivência entre os povos. A lei do mais forte é mais forte do que os direitos humanos. Samper pode ser o mais abjeto mandatário, o mais corrupto, o mais vulnerável, o mais indigno. Mas ele tem o direito de ser julgado pela Justiça de seu país, com amplo direito de defesa, e não ser fuzilado pelo governo de outro país, em justiça de exceção, num processo sumário e desumano em que ninguém conhece as provas nem os procedimentos.

A permanecer assim, a América se transforma, depois de extinta a Europa Oriental, numa área satelitizada dos Estados Unidos. Conforme seus "pais fundadores", esse grande país tem uma missão mundial de semear a liberdade, de defender os direitos humanos, de fortalecer a democracia, e portanto não pode criar uma nova cortina de ferro, cuja lei é o poder absoluto. Considero esse episódio da maior gravidade. É uma ofensa que não tem nenhuma justificativa nem base no direito internacional. Ele é uma condenação e é uma ameaça. Não é um simples visto diplomático; é a utilização de um simples visto diplomático para usar a força da única, incontestável, grande e avassaladora potência mundial.

O Brasil fica calado? O Brasil, também, aceita tornar-se satélite? Aqui, nós fizemos um *impeachment* de um presidente. Nós o julgamos. E os Estados Unidos concederam visto a esse presidente para ali residir. A Colômbia absolve o seu presidente. Pode ter sido uma decisão errada, mas, para corrigi-la, os tribunais colombianos estão abertos, e o recurso não é uma decisão do presidente dos Estados Unidos.

A causa colombiana não é nobre, mas não pode ser utilizada para uma prática que foge a tudo que se pode pensar em matéria de relações internacionais. O narcotráfico deve ser combatido por todos os meios, mas ninguém pode ser julgado sem defesa e sem justiça regular.

Ainda é tempo de os Estados Unidos reverem e adotarem outros meios de sanções contra a Colômbia, e não esta que ameaça o sistema americano e faz renascer um sentimento que já desapareceu do continente, bolorento e velho do Tio Sam, aquele prepotente e intervencionista.

Os países do continente deviam mobilizar-se para dizer aos americanos que essa conduta não é correta, e o Brasil não pode ficar calado, amedrontado, só dizendo amém e com medo de dialogar de igual para igual, com medo de estabelecer relações amadurecidas.

Que Samper seja proibido de ver a Estátua da Liberdade, mas não pode ser proibido de ver que os direitos humanos não mais existem na pátria de Roosevelt, Kennedy e Whitman.

■ José Sarney é presidente do Senado Federal